



CNPJ 02.474.103/0001-19 – NIRE 4230002438-4

Companhia Aberta - Registro CVM nº 1732-9

**ATA DA 109ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA  
ENGIE Brasil Energia S.A., realizada nos dias 23 e 25 de fevereiro de 2026**

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e seis, com início às 14h30min e encerramento às 17h30min, suspensa até os 25 (vinte e cinco) dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, com início às 14h e encerramento às 14h30min, após regular convocação, reuniram-se por meio da plataforma Teams, os membros do Conselho Fiscal da ENGIE Brasil Energia S.A., os Srs. Carla Carvalho de Carvalho, Marcelo Cardoso Malta e Anderson Paiva Martins, com a seguinte ordem do dia: 1. Exame das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025; 2. Exame da proposta da Companhia de distribuição de dividendos; 3. Exame dos Planos de investimento da Companhia; 4. Exame da Execução Orçamentária; 5. Exame do Relatório Anual da Administração; 6. Apresentação das atualizações dos processos judiciais; e 7. Assuntos Gerais, associados às atribuições do Conselho Fiscal. Participaram também, como convidados a assistirem a reunião, por meio da plataforma Teams, os Srs. Paulo Maurício Mantuano de Lima, Manoel Eduardo Bouzan de Almeida e Jorge Miguel de Bessa Menezes, membros suplentes do Conselho Fiscal. Presidiu os trabalhos a Conselheira Carla Carvalho de Carvalho, e como secretário André Budal Arins Resendes. Dando início aos trabalhos, a presidente agradeceu a presença de todos, passando ao 1º item da pauta, 1 – Exame das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025: Por solicitação dos membros do Conselho Fiscal, a Sra. Romary dos Anjos Silva, gerente do Departamento de Contabilidade, prestou esclarecimento prévio sobre as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2025. A presidente da mesa passou a palavra à Sra. Romary dos Anjos Silva, que apresentou e prestou esclarecimentos sobre os principais destaques que influenciaram os resultados do exercício social de 2025 em comparação ao exercício social de 2024, abordando em especial a variação do EBITDA Ajustado e do Lucro Líquido Ajustado e os principais *drivers* do resultado versus exercício social de 2024. Apresentou, também, os principais eventos ocorridos no exercício de 2025, tais como: a) a entrada em operação comercial de 100% do Conjunto Eólico Serra do Assuruá (capacidade instalada 846 MW) em dez/25, e do Conjunto Fotovoltaico Assú Sol (capacidade instalada 752 MW) em fev/26; b) primeiro trecho do Sistema de Transmissão Asa Branca entrou em operação comercial em nov/25, representando 33% da RAP total do projeto; c) a Companhia segue integrando o Sustainability Yearbook da S&P figurando entre os 5% melhores do setor de *electric utilities* mundial; d) inclusão no A-list do CDP (*Carbon Disclosure Project*), com notas máximas em Clima e Água, reflexo das estratégias em sustentabilidade ambiental; e) instalação do Comitê Especial Independente para Transações entre Partes Relacionadas para assessorar nas análises sobre a potencial transferência da parcela detida pela controladora na UHE Jirau; f) implementação do aumento de capital social com emissão de novas ações, distribuídas aos acionistas a título de bonificação, na proporção de 1 nova ação a cada 2,5 ações ordinárias, aprovado em novembro de 2025; g) a proposta de distribuição de proventos relativos aos resultados de 2025, a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária, atingindo 55% de *payout*. Dando continuidade, passou a palavra ao Sr. Adilvo Franca, sócio da Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. e aos Srs. Henrique Berengan e Giovana Dallabrida, ambos gerentes sêniores, que, inicialmente, realizaram uma apresentação sobre os trabalhos realizados, abordando os procedimentos adotados na execução dos trabalhos de auditoria independente sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Foram esclarecidas as dúvidas levantadas pelos conselheiros na reunião. Após as discussões pertinentes acerca das informações prestadas e recebidos os esclarecimentos sobre os pontos levantados, inclusive sobre as notas explicativas, os membros do Conselho

Fiscal, em reunião realizada no dia 25/02/2026, após avaliação das Demonstrações Financeiras por parte do Conselho de Administração e recebimento do relatório final da Ernest & Young Auditores Independentes S/S Ltda., deram por concluídas as análises das Demonstrações Financeiras, não identificando nenhum fato de aspecto relevante que merecesse registro. Dando continuidade passou-se ao 2º item da pauta que trata do 2 – Exame da proposta da Companhia de distribuição de dividendos: A gerente Romary dos Anjos Silva apresentou a proposta da administração e os valores correspondentes de destinação do lucro líquidos e de distribuição de dividendos, a serem submetidas à Assembleia Geral Ordinária, conforme se verifica nas Demonstrações da Mutações do Patrimônio Líquido: a) Reserva de Incentivos Fiscais; b) Reserva Legal; c) Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio, assim composto: (i) Dividendos Intercalares, relativos ao primeiro semestre, declarados na 278ª RCA, de 07.08.2025; (ii) Dividendos mínimos obrigatórios; (iii) Juros sobre o Capital Próprio aprovados na 287ª RCA, de 12.12.2025; e (iv) Dividendos adicionais; e d) Reserva de retenção de lucros. Após as discussões pertinentes acerca das informações prestadas e recebidos os esclarecimentos sobre os pontos levantados os membros do Conselho Fiscal deram por concluídas as análises das destinações e distribuição de dividendos, em reunião realizada no dia 25/02/2026, após avaliação do tema pelo Conselho de Administração, não identificando nenhum fato de aspecto relevante que merecesse registro. Passou-se ao 3º item da pauta, 3 – Exame dos Planos de investimento da Companhia: A gerente Romary dos Anjos Silva apresentou a proposta de planos de investimentos, realizados com base na Reserva de retenção de lucros, que tem por objetivo subsidiar, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, o Orçamento de Capital para os exercícios de 2026, 2027 e 2028, que considera o Programa de Investimento, cujos valores se destinam à aplicação direta na manutenção do parque produtivo e investimento em novos empreendimentos. Após as discussões pertinentes acerca das informações prestadas e recebidos os esclarecimentos sobre os pontos levantados os membros do Conselho Fiscal, em reunião realizada no dia 25/02/2026, após avaliação do Orçamento de Capital pelo Conselho de Administração, deram por concluídas as análises dos planos de investimento, não identificando nenhum fato de aspecto relevante que merecesse registro. Passando ao 4º item da pauta, 4 – Exame da Execução Orçamentária: O Sr. Roberto Fleck, gerente da Unidade Organizacional Planejamento Financeiro e Controle, apresentou a realização orçamentária do exercício de 2025, prestando os esclarecimentos sobre os principais eventos que influenciaram a execução orçamentária. Foram esclarecidas as dúvidas levantadas pelos conselheiros na reunião. Em prosseguimento, passou-se ao 5º item da pauta, 5 – Exame do Relatório Anual da Administração: os Srs. Leonardo Germano Depiné e Caio Miralles de Araujo, gerente e analista de sustentabilidade da U.O. Relações com Investidores da Companhia, respectivamente, apresentaram a proposta de Relatório Anual da Administração, relativo ao exercício de 2025, abordando os principais assuntos do relatório e prestando os esclarecimentos aos questionamentos feitos. Após exame e com base nas informações disponibilizadas pela administração da Companhia, os Membros deste Conselho Fiscal, em reunião realizada no dia 25/02/2026, após avaliação do Relatório Anual da Administração pelo Conselho de Administração, opinam que o Relatório Anual da Administração cumpre com os requisitos legais e estão em condições de serem apreciadas pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária. Prosseguindo, passou ao 6º item da pauta, 6 – Apresentação das atualizações dos processos judiciais: O Sr. Caio Barcaroli Castro, coordenador jurídico da Companhia apresentou e prestou os esclarecimentos sobre procedimento arbitral, que tem por discussão o direito de compensação integral pelo GSF da UHE Itá pela Companhia. A decisão arbitral determinou que a Companhia detém esse direito e, apesar dos pedidos de esclarecimento apresentados pela contraparte, o tribunal arbitral manteve a decisão. Ademais, o Sr. José Augusto Garcia prestou esclarecimentos sobre o processo envolvendo a migração do gerenciamento do plano de benefícios da Elos para a Previg, que tem por objetivo apurar a responsabilidade do pagamento dos déficits apurados. A Companhia protocolou os recursos

cabíveis e aguarda as respectivas decisões. Foram esclarecidas as dúvidas levantadas pelos conselheiros na reunião. Passando ao 7º item da pauta, 7 – Assuntos Gerais, associados às atribuições do Conselho Fiscal: A Sra. Romary dos Anjos Silva trouxe para conhecimento dos membros deste Conselho, que será submetido à avaliação do Conselho de Administração a troca da empresa de auditoria independente, com objetivo de capturar sinergias nos processos de auditoria dentro do Grupo ENGIE. Foi declarado, por um dos conselheiros, possível conflito na relação de independência, que será analisado pela Companhia. A presidente do Conselho Fiscal informou que os trabalhos seriam suspensos e retomados em 25.02.2026, às 14 horas, para análise das alterações porventura deliberadas pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião agendada para as 9 horas de 25.02.2026, em especial quanto ao Relatório Anual da Administração, às Demonstrações Financeiras e às propostas de destinação dos lucros e de orçamento de capital, previamente examinados e sobre os quais o Conselho Fiscal deve opinar. Reaberto os trabalhos às 14 horas de 25.02.2026, a presidente informou aos conselheiros que o Conselho de Administração não deliberou qualquer alteração no Relatório Anual da Administração; nem nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31.12.2025; e nem nas propostas de destinação do lucro líquido do exercício e de orçamento de capital, e que o Relatório do Auditor Independente sobre Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foi emitido nesta data (25.02.2025) sem qualquer ressalva. Foi dado por concluído o exame dos assuntos constantes da Ordem do Dia, não sendo identificado qualquer fato de aspectos relevantes que mereça registro. Assim, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as propostas de destinação do lucro líquido do exercício e de orçamento de capital cumprem com os requisitos legais e estão em condições de serem apreciadas pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária. Na sequência, os conselheiros aprovaram o teor do parecer, nos seguintes termos: *“PARECER DO CONSELHO FISCAL – Os membros do Conselho Fiscal da ENGIE Brasil Energia S.A, infra-assinados, em cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compostas pelo balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e pelas demonstrações do resultado do exercício; do resultado abrangente; das mutações do patrimônio líquido; do fluxo de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, as respectivas notas explicativas, bem como a seguinte proposta de destinação do lucro líquido do exercício: a) Reserva de Incentivos Fiscais – R\$ 1.460 mil; b) Reserva Legal – R\$ 129.142 mil; c) Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio no valor total de R\$ 1.376.958 mil, correspondente a R\$ 1,20542677239 por ação, assim composto: (i) Dividendos Intercalares, relativos ao primeiro semestre, declarados na 278ª RCA, de 07.08.2025, no valor de R\$ 719.185 mil (R\$ 0,62959424927 por ação); (ii) Dividendos mínimos obrigatórios – R\$ 31.883 mil (R\$ 0,02791126295 por ação); (iii) Juros sobre o Capital Próprio aprovados na 287ª RCA, de 12.12.2025, no valor bruto de R\$ 100.000 mil (R\$ 0,08754276626 por ação); e (iv) Dividendos adicionais – R\$ 525.890 mil (R\$ 0,46037849391 por ação); d) Reserva de retenção de lucros – R\$ 1.126.602 mil. Referida retenção de lucros tem por objetivo subsidiar, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, o Orçamento de Capital para os exercícios de 2026, 2027 e 2028, que considera o Programa de Investimento nos montantes de R\$ 2.419.315 mil, R\$ 2.946.445 mil e R\$ 285.311 mil, respectivamente, destinados à aplicação direta na manutenção do parque produtivo e investimento em novos empreendimentos. Com base nos exames efetuados e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes, ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda., emitido sem ressalvas em 25 de fevereiro de 2026, bem como as informações e esclarecimentos recebidos dos representantes da administração ao longo do exercício, os membros do Conselho Fiscal expressam a opinião que os documentos em apreço, incluindo o orçamento de capital, bem como a proposta de destinação do lucro líquido do exercício deliberados pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2026 estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária da*



*Companhia.*”. **Encerramento:** Posta a palavra à disposição, não houve qualquer manifestação, o que ensejou o presidente dar por encerrados os trabalhos da presente reunião, agradecendo a participação de todos e as esclarecedoras informações prestadas, solicitando que fosse lavrada a presente ata por mim, secretário, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e será assinada pelos membros do Conselho Fiscal nominados abaixo e por mim, secretário, por meio de plataforma digital. Todos os arquivos com as apresentações realizadas serão mantidos na Companhia como anexos desta ata.

Florianópolis/SC, 23 e 25 de fevereiro de 2026.

Carla Carvalho de Carvalho  
Conselheira Presidente

Marcelo Cardoso Malta  
Conselheiro

Anderson Paiva Martins  
Conselheiro

André Budal Arins Resendes  
Secretário